

Quinta-Feira, 17 de Julho de 2025

O tamanho da fatura milionária que pode custar o mandato de Moro

NA MIRA DA JUSTILA ELEITOTAL

O GLOBO/LAURO JARDIM

Alvo de dois pedidos de cassação no TRE do Paraná, Sergio Moro pode ter acumulado uma fatura quatro vezes maior que o teto de despesas fixado pela Justiça Eleitoral para a pré-campanha ao Senado pelo Paraná em 2022. As ações movidas por PT e PL contra o ex-juiz da Lava-Jato listam contratações que, se confirmadas na tramitação dos casos, superam os R\$ 19 milhões. O limite a ser gasto no período era de R\$ 4,4 milhões. A disparidade entre o estipulado pelo TSE e o orçamento mencionado pelos acusadores de Moro aconteceu porque, segundo eles, o senador transportou para a disputa do Legislativo a lógica financeira criada para tentar emplacar seu nome à Presidência da República, corrida da qual ele desistiu em março de 2022, quando trocou de partido.

Convocados pelo Judiciário a colaborar com a produção de provas, o Podemos, antiga sigla de Moro, e o União Brasil, a atual legenda, serão responsáveis por entregar contratos e mais documentos para a verificação dos valores levantados pelos autores das ações.

Os maiores montantes são referentes a serviços de marketing político. Teria sido firmado, de acordo com as ações, um contrato de R\$ 2 milhões com a D7 Produções Cinematográficas, do marqueteiro Pablo Nobel, para a produção de vídeos para internet e inserções partidárias na TV.

Depois, outro compromisso de R\$ 14,8 milhões teria sido feito com a 2022 Comunicação SPE, também de Nobel, para o gerenciamento de imagem, discursos e conteúdos ligados à candidatura de Moro ao Legislativo.

Também constam nas ações termos para contratar advogados: PT e PL indicam que R\$ 1 milhão foram fechados com o escritório Vosgerau & Cunha (de Luis Felipe Cunha, eleito primeiro suplente de Moro) e R\$ 188 mil com a SS Advocacia de Uziel Santos, coordenador de campanha. Outros R\$ 30 mil teriam sido empenhados junto à FCL Law & Trading, empresa dedicada a estudos jurídicos.

E ainda teriam sido negociados valores, segundo os processos, para solicitar campanhas eleitorais (R\$ 663,5 mil para a Einstein Tecnologia) e consultoria (R\$ 360 mil à Bella Ciao Assessoria Empresarial, também de Cunha, envolvida na elaboração de um plano de governo).

Além desse orçamento, os partidos que acusam Moro de abuso de poder econômico e de caixa dois também esperam que as provas do Podemos e do União Brasil indiquem outros gastos. Incluindo aqueles envolvidos nas viagens feitas pelo então pré-candidato à Nova York, a países da Europa e a destinos nacionais para a divulgação da pré-candidatura. E outros ligados a compras de roupas, acessórios e outros itens que o Podemos teria bancado. A ordem para que as provas sejam adicionadas ao caso foi proferida em 13 de junho mas, até aqui, não foi cumprida. O TRE do Paraná até agora não intimou o Podemos e o União Brasil a

cumprir a determinação